

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 111  
13/10/06 a 19/10/06**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP, bolsista CAPES e redatora responsável).

**Parlamento europeu pediu retomada das negociações com o Mercosul**

O Parlamento Europeu aprovou resolução na qual pediu a retomada do processo para concluir um acordo de livre comércio entre a Europa e o Mercosul. O documento, que não tem valor de lei, serve como recomendação ao Parlamento ao Executivo da UE. A resolução, que qualifica o acordo como estratégico para Europa, pede maior comprometimento dos governos envolvidos e um cronograma de trabalho para que sejam concluídas as negociações. O documento, ainda, critica a oscilação política na América do Sul e evoca a construção de uma cooperação política que garanta a democracia. Os dois blocos voltarão a se reunir nos dias 6 e 7 de novembro, no Rio de Janeiro. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/06).

**Brasil quer criar fórum internacional para promover sistema de TV digital**

O Brasil quer criar um fórum internacional para promover o sistema de TV digital que está sendo elaborado com base no modelo japonês e incrementado por brasileiros. A proposta – criar uma entidade internacional que comporte todos os países que adotarem o padrão nipo-brasileiro, com poder de decisão sobre aperfeiçoamentos técnicos – foi apresentada a uma delegação de representantes do governo e da indústria do Japão. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/10/06).

### **Brasil votou na Venezuela para CS da ONU**

O governo brasileiro votou, no dia 16 de outubro, a favor da Venezuela para que esta ocupe uma vaga não-permanente no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Guatemala e Venezuela disputaram a vaga rotativa de representante da América Latina e, apesar do apoio dos países do Mercosul, Caracas não conseguiu o número de votos necessários para ocupar a vaga. Nenhum dos dois países candidatos atingiu o número suficiente de votos no dia 16 – dois terços dos países representados na Assembléia Geral -, o que acabou gerando um impasse e abrindo a possibilidade para uma terceira candidatura da América Latina. Sobre as pressões norte-americanas a favor da candidatura da Guatemala, o embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Sardenberg, disse que os EUA não chegaram a conversar com o Brasil porque sabiam que o país apoiaria a Venezuela, conforme acordo feito com os outros cinco países do Mercosul. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/10/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/10/06; O Globo – Mundo – 17/10/06).

### **Petrobras descumpriu acordo, segundo governo boliviano**

Após a divulgação dos primeiros relatórios das auditorias contratadas para apurar a situação das companhias petrolíferas que atuam na Bolívia, o Ministério de Hidrocarbonetos boliviano informou, no dia 16 de outubro, que a Petrobras, juntamente com a petrolífera Repsol-YPF (hispano-argentina), descumpriu o acordo de investimento assegurado ao Estado boliviano. Segundo o governo da Bolívia, o investimento que não foi feito apoiou-se em um decreto do ex-presidente Jorge Quiroga que permitiu a devolução de parte das áreas cedidas às empresas petrolíferas para exploração de forma irregular, o que teria causado prejuízos ao país. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/06).

### **Consórcio brasileiro é acusado de fraude eleitoral no Equador**

O consórcio brasileiro E-vote, formado pelas empresas Probank e Via Telecom, contratado para agilizar o processo de apuração das eleições presidenciais e legislativas do Equador, sofreu acusações de envolvimento em fraude eleitoral. As acusações partiram do candidato Rafael Correia, segundo colocado nas eleições presidenciais, que disputará o segundo turno com Álvaro Noboa. O consórcio não divulgou os resultados no prazo estipulado pelo contrato e defendeu-se culpando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Equador pela falha. Segundo Gilberto Freitas, um dos diretores da Probank, o atraso deu-se pois o TSE equatoriano forneceu um modelo de ata não compatível com o sistema testado e implantado nas máquinas, além disso, segundo Gilberto, problemas nas vias de transmissão dos dados, de responsabilidade da companhia telefônica local contribuiu para retardar o processo. A E-vote ainda criticou a Justiça Eleitoral equatoriana de ter



retardado o processo de liberação dos equipamentos, o que permitiu apenas um dos três testes que haviam sido programados. O TSE local é também acusado de não ter seguido os trâmites legais para a assinatura do contrato com o E-vote. Apesar de relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acompanhou o processo eleitoral, não ter apontado falhas, há grande especulação de que possa ter havido fraude. Especulações que levaram o juiz equatoriano Jaime Santos a ordenar o confisco dos bens da empresa brasileira para que passem por perícias técnicas. O representante da E-Vote no Equador, o argentino Santiago Murray, foi proibido de sair do país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 18/10/2006; Folha de S. Paulo – Mundo – 19/10/2006; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/10/2006; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/10/2006).

### **Brasil tem participado de conversações sobre GPS europeu**

O Brasil tem mantido conversas com a União Européia (UE) para participar do programa Galileo, um sistema alternativo de posicionamento global para fins civis. Segundo o coordenador técnico-científico da Agência Espacial Brasileira e gerente do programa Galileo no Brasil, Raimundo Nonato Mussi, as negociações, a partir de agora, passarão a ter um caráter oficial. O projeto do programa prevê uma constelação de 30 satélites em órbita do planeta. (Folha de S. Paulo – Ciência – 19/10/2006).

### **Brasil discutiu SGP com funcionários do governo americano**

Representantes do governo e da indústria brasileiros reuniram-se, no dia 18 de outubro com funcionários do Escritório de Representação Comercial dos EUA (USTR) para tratar do Sistema Geral de Preferências (SGP) pelo qual o governo americano reduz tarifas de importação de produtos provenientes de países em desenvolvimento. A expectativa é que a lista de produtos brasileiros beneficiados pelo programa seja reduzida, caso este venha a ser prorrogado. A decisão final sobre a permanência do Brasil entre os países beneficiados será dada pelo Congresso americano e voltará a ser discutida em novembro. Adotado em 1974, o SGP intentava ser um mecanismo transitório para facilitar a integração de economias pobres ao comércio mundial. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/10/2006; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/10/2006).